

ONDE ESTÃO OS PROFESSORES? TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DOS EGRESSOS DAS LICENCIATURAS

Luiz Carlos Zalaf Caseiro^I

Alvana Maria Bof^{II}

Fabiano Cavalcanti Mundim^{III}

<https://doi.org/10.24109/9786558011026.ceppe.v10.6509>

RESUMO

Sabe-se que há um déficit de professores com formação adequada para atuar na educação básica. Um estudo recente mostrou que o fluxo de egressos das licenciaturas que ingressam na carreira docente não é suficiente para suprir a falta de professores com formação adequada em várias áreas curriculares na maioria das unidades federativas. Este estudo busca investigar para onde vão, no mercado de trabalho, os licenciados que não atuam como professores da educação básica. O objetivo é, assim, identificar em quais ocupações estão os egressos dos cursos de licenciaturas (seja de formação específica, seja de Pedagogia) que não seguem a carreira do magistério. Para tanto, realizam-se análises de dados do Censo da Educação Superior, do Censo Escolar da Educação Básica e da Relação Anual de Informações Sociais.

^I Pesquisador-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).

^{II} Pesquisadora-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); mestra em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); doutora em Educação pela The George Washington University (Estados Unidos).

^{III} Pesquisador-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Os resultados evidenciam que há três perfis ocupacionais distintos, abarcando, cada um deles, cerca de um terço dos egressos das licenciaturas que não atuam como docentes. O primeiro perfil é de profissionais em ocupações que exigem escolarização de nível superior e que percebem remunerações médias mais elevadas em relação aos docentes da educação básica. O segundo é o de trabalhadores administrativos e de técnicos, ocupações que apresentam como requisito de escolarização a formação técnica de nível médio, mas que auferem remunerações similares à do magistério. Por fim, o terceiro perfil é o de trabalhadores dos serviços, da indústria e da agropecuária e do extrativismo, que apresentam remunerações inferiores às do magistério. Esses achados corroboram outras pesquisas que apontam a pouca valorização da carreira docente em relação a outras profissões de nível superior. A diversidade da atuação dos licenciados, por sua vez, está associada às origens socioeconômicas dos egressos, evidenciada por sua trajetória anterior no mercado de trabalho.

Palavras-chave: déficit de professores; mercado de trabalho; carreira do magistério da educação básica.

INTRODUÇÃO

O monitoramento da Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), a qual trata da adequação da formação docente, aponta que o País ainda está distante de assegurar que todos os professores e professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior adequada às disciplinas que lecionam. Em 2023, cerca de 74,9% das docências¹ nos anos iniciais do ensino fundamental (EF), 60,4% nos anos finais do EF e 68,2% no ensino médio (EM) eram efetuadas por professores com formação superior adequada², percentuais ainda distantes das metas estabelecidas no PNE.

A insuficiência de professores para atuar em diversos componentes curriculares do EF e do EM tem sido registrada por estudos e reportagens que alertam para o fato de estarmos vivenciando no Brasil um *apagão* de professores (Ruiz; Ramos; Hingel, 2007; Bof; Caseiro; Mundim, 2023). Análises que comparam o quantitativo de concluintes nos cursos de licenciatura com a demanda de professores na educação básica apontam sérias dificuldades para superar esse apagão. Ao realizar o mapeamento da oferta

¹ As docências são definidas pelos vínculos entre docentes, turmas e disciplinas. Desse modo, um professor que dá aulas de Ciências para cinco turmas e de Biologia para três turmas tem oito docências.

² Entende-se por professores com formação adequada aqueles que ou possuem diploma de licenciatura específica da disciplina que lecionam ou de bacharelado na área específica e concluíram o respectivo curso de complementação pedagógica (Brasil. Inep, 2014).

e demanda por área de conhecimento e unidade da Federação (UF), Bof, Caseiro e Mundim (2023) mostram que o quantitativo de licenciados que vem sendo formado é insuficiente para suprir a falta de professores com formação adequada para diversas combinações de UF e disciplinas. Além disso, os autores apontam que, quando se considera o fluxo de egressos das licenciaturas de áreas de formação específica que efetivamente seguem a carreira docente, o cenário do déficit de professores para atuar nos anos finais do EF e no EM é sensivelmente agravado em todas as UF, afetando a maioria dos componentes curriculares.

O estudo aponta ainda que o problema não está na oferta de vagas, tendo em vista que a ociosidade de vagas iniciais nas licenciaturas aumentou em todos os segmentos e modalidades de ensino. Aparentemente, o problema reside na falta de atratividade da carreira docente, já apontada por múltiplos estudos (Gatti; Barretto, 2009; FVC; FCC, 2009; Tartuce; Nunes; Almeida, 2010; Pinto, 2014), o que faz com que a carreira do magistério não seja a primeira opção ocupacional de muitos jovens que ingressam no ensino superior, tampouco dos concluintes dos cursos de licenciatura.

Se somente cerca de um terço dos concluintes dos cursos das licenciaturas específicas seguem a carreira docente, para onde vão, no mercado de trabalho, os outros licenciados? Essa é a questão central que norteia este estudo, cujo objetivo é investigar onde estão, no mercado de trabalho, os egressos dos cursos de Pedagogia e de outras licenciaturas específicas que não seguem a carreira do magistério. Utilizando os dados do Censo da Educação Superior (Censup), do Censo da Educação Básica (Censo Escolar) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), o estudo busca responder a três questões específicas:

- 1) Quem são os concluintes dos cursos de Pedagogia e licenciaturas de áreas específicas³ no período de 2010 a 2022 e que cursos e instituições de ensino superior frequentaram?
- 2) Quem são os egressos de Pedagogia e licenciaturas de áreas específicas entre 2010 e 2022 que atuam como docentes na educação básica?
- 3) Onde estão, no mercado de trabalho, os egressos de Pedagogia e demais licenciaturas que não atuam como docentes na educação básica e que outras ocupações exercem?

³ A denominação “licenciaturas de áreas específicas”, por complementação ao curso de Pedagogia, segue a definição adotada pelo Censup na classificação Cine Brasil, adaptada de classificação internacional de cursos padronizada pela Unesco. Nela, os cursos de Pedagogia são classificados como “Formação de professores sem áreas específicas”, enquanto as demais licenciaturas analisadas são classificadas como “Formação de professores de áreas específicas”. Essa definição pode ser verificada por meio da variável NO_CINE_AREA_DETALHADA. Além das questões de nomenclatura, essa diferenciação é pertinente do ponto de vista analítico e da política pública, uma vez que os egressos da Pedagogia se constituem em potenciais professores para os anos iniciais do EF, enquanto os egressos das demais licenciaturas são potenciais professores dos anos finais do EF e do EM.

O trabalho está organizado da seguinte forma: após esta Introdução, apresentam-se dados e informações referentes aos concluintes dos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas no período de 2010 a 2022; na sequência, investiga-se qual o percentual desses egressos que atuou como docente na educação básica, entre 2010 e 2022, por meio do cruzamento do Censup com o Censo Escolar; a seguir, realizam-se as análises dos egressos de Pedagogia e licenciaturas específicas que não são professores da educação básica, identificando as ocupações em que estão atuando, mediante junção da base de dados anterior com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Acrescenta-se ainda uma análise dos rendimentos dos egressos que são docentes e daqueles que exercem outras ocupações, bem como de suas trajetórias antes e após a conclusão do curso de graduação. Essa análise busca fornecer subsídios para elucidar os motivos por trás das diferentes trajetórias ocupacionais dos egressos das licenciaturas.

Espera-se que as informações levantadas por este estudo possam lançar luzes para uma melhor compreensão sobre a situação de carência de professores na educação básica vivenciada no País e sobre a formulação de políticas públicas necessárias para superar o déficit de docentes.

1 METODOLOGIA

Para responder às três perguntas deste estudo, foram constituídas três bases de dados, com complexidades progressivas. O primeiro passo foi a construção de uma base de dados dos concluintes dos cursos de licenciaturas em áreas de formação específica e de Pedagogia, utilizada para a descrição do perfil dos egressos desses cursos. Essa construção foi realizada com base nos microdados de alunos e de cursos do Censup, disponibilizados no servidor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)⁴.

Nessa primeira etapa, foram selecionados todos os alunos concluintes das licenciaturas entre os anos de 2010 e 2022 com informação disponível do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). A seleção dos concluintes é feita pelo filtro da variável IN_CONCLUINTE=1. A seleção de Pedagogia e demais licenciaturas foi realizada por meio da variável CO_CINE_ROTULO⁵, mantendo apenas os cursos de graduação cuja conclusão é suficiente para uma formação adequada ao exercício da docência na educação básica. Esses cursos são as licenciaturas consideradas para o

⁴ As bases de dados utilizadas neste estudo não são de acesso público e as análises aqui realizadas podem ser reproduzidas pelo Serviço de Acesso a Dados Protegidos (Brasil. Inep, 2024d).

⁵ A variável “CO_CINE_ROTULO” é importada da base de cursos para a base de alunos com a utilização da variável “CO_CURSO” como chave de ligação entre ambas as bases.

cálculo do indicador de adequação da formação docente, elencados na nota técnica que embasa a construção desse indicador (Brasil. Inep, 2024b).

A restrição aos concluintes que apresentavam informação do CPF foi necessária para a construção das próximas etapas da base de dados, quando foram agregadas as informações do Censo Escolar e da Rais, considerando o CPF como chave de ligação no nível individual. Essa restrição implicou a perda de um pequeno número de indivíduos, para os quais não seria possível identificar a trajetória ocupacional, pela ausência de informação na variável de ligação. Essa perda foi maior no ano de 2010 (1,37%) e ficou abaixo de 0,01% em todos os demais anos, alcançando o menor patamar no ano de 2019 (0,004% dos egressos dos cursos selecionados)⁶.

Para a descrição do perfil dos egressos dos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas foram utilizadas seis variáveis do Censup (2010-2022): i) ano de conclusão do curso; ii) idade; iii) sexo; iv) nome do curso; v) modalidade de ensino; e vi) categoria administrativa da instituição de ensino superior (IES).

A segunda base de dados compreendeu a junção da base de egressos com a base de docentes do Censo Escolar (2010-2023). Por meio desse cruzamento, foi possível computar o percentual dos egressos de Pedagogia e demais licenciaturas que atuavam como docentes da educação básica antes e depois da conclusão de seus cursos de graduação. Para tanto, foram construídas 15 variáveis indicadoras, referentes à presença dos egressos enquanto docentes em cada uma das edições do Censo Escolar de 2010 até 2023.

Por fim, na terceira etapa, juntaram-se à base resultante da segunda etapa as bases da Rais de 2009 até 2022, o que envolveu alguns desafios adicionais, uma vez que, para responder à pergunta da pesquisa (onde estão os egressos?), era necessário não apenas criar uma variável indicadora da presença nessas bases de dados, mas também reter a informação da ocupação e da remuneração de cada indivíduo. O desafio reside no fato de que a unidade de análise da Rais não é o indivíduo, mas sim o vínculo de emprego, e não é raro que um único indivíduo tenha múltiplos vínculos de emprego em um único ano, inclusive em ocupações diferentes.

Para mesclar a base de egressos com a Rais, sem a multiplicação dos indivíduos pelo número de vínculos de emprego, selecionou-se, então, a ocupação principal de cada indivíduo. Essa informação não está pronta na Rais e precisou ser construída a partir da agregação dos vínculos de emprego por ocupação e do cômputo da remuneração auferida em cada ocupação, por cada trabalhador, ao longo de cada edição da Rais. A ocupação principal do trabalhador em um determinado ano foi definida como sendo aquela que mais contribuiu para a remuneração total do trabalhador naquele

⁶ O Censup começou a coletar o CPF dos alunos em 2009, mas esse ano foi excluído das análises por ser ainda um ano de adaptação das instituições de educação superior à nova forma de coleta, o que resultou em uma menor qualidade na informação dessa variável: 3,41% de dados ausentes, além de um percentual de indivíduos com informação equivocada do CPF, o que foi constatado após uma comparação das características dos indivíduos em diferentes edições do Censup.

ano. Desse modo, apenas uma informação de ocupação e de remuneração por ano foi retida para cada um dos egressos⁷.

As análises descritivas da distribuição dos egressos por ocupação foram realizadas de modo a priorizar o vínculo de docente registrado no Censo Escolar em relação a eventuais outras ocupações encontradas na Rais. As diversas ocupações registradas na Rais, por sua vez, foram agrupadas em categorias mais abrangentes, seguindo a própria estrutura da Classificação Brasileira de Ocupações (Brasil. MTE, 2022).

2 PERFIL DOS EGRESSOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA E DE PEDAGOGIA

O Gráfico 1 apresenta os quantitativos de concluintes dos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas específicas em 2010 e 2022. Considerando as licenciaturas em geral, verifica-se que, com exceção de Artes, Ciências Sociais e Física, o número de concluintes diminuiu em 2022 em relação a 2010. Em Pedagogia, ao contrário, ocorre um aumento expressivo: cerca de 41% (44.146 concluintes).

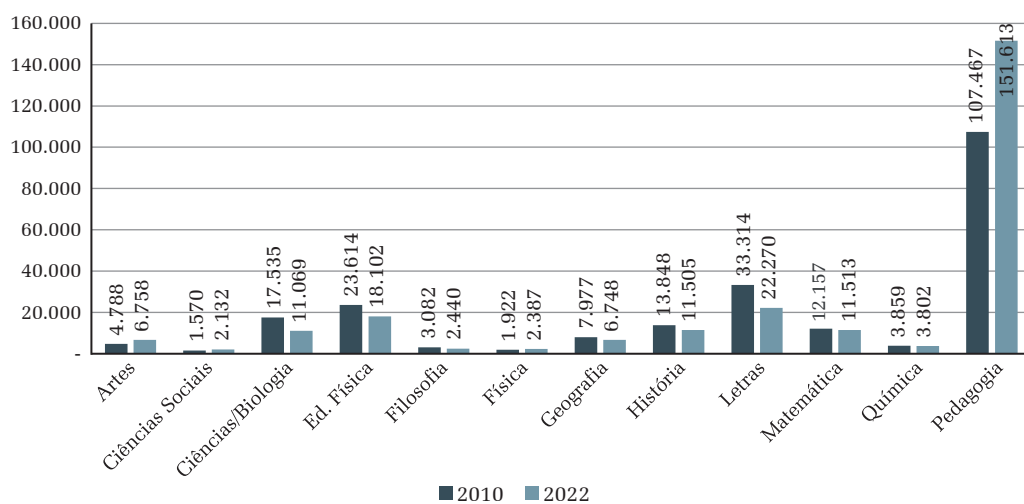


GRÁFICO 1

CONCLUINTES DOS CURSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS ESPECÍFICAS POR ÁREA DE FORMAÇÃO – BRASIL – 2010/2022

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b).

⁷ As variáveis referentes à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e à remuneração dos trabalhadores aparecem com nomes distintos nas diversas edições da Rais presentes no servidor do Inep.

Em relação ao sexo dos concluintes (Gráfico 2), verifica-se que, em 2022, o percentual de mulheres graduadas é maior do que o de homens em quase todas as áreas, com exceção de Física, Filosofia, Educação Física e Matemática. Percebe-se ainda que houve uma diminuição nos percentuais de concluintes de sexo feminino se comparados a 2010, excetuando-se as áreas de Física e Química, que apresentaram aumento. Em Pedagogia, a grande maioria dos concluintes é mulher (cerca de 93%), como também ocorre em Letras (75%), Ciências/Biologia (68%) e Artes (64%) em 2022.

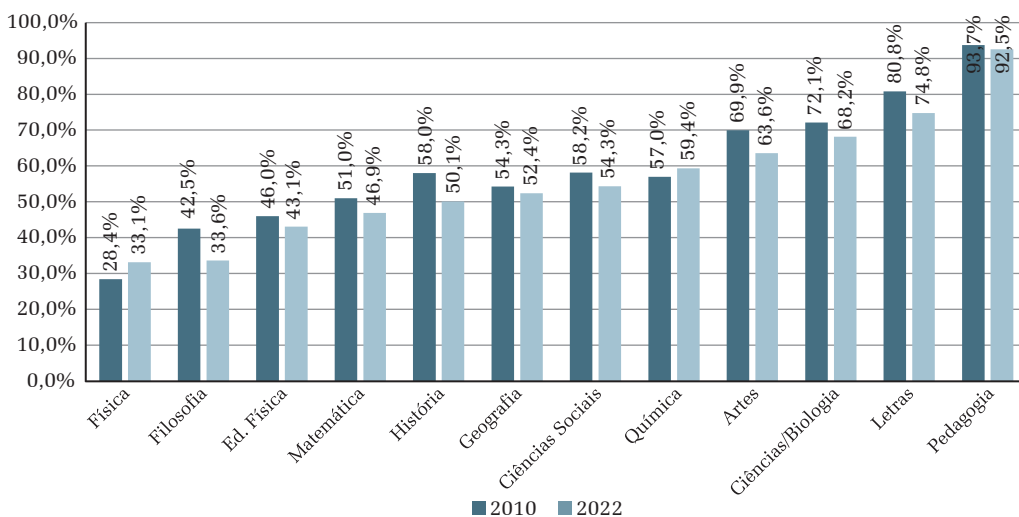


GRÁFICO 2

CONCLUINTE DE SEXO FEMININO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS ESPECÍFICAS – BRASIL – 2010/2022

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b).

Considerando-se a idade dos concluintes de Pedagogia e das demais licenciaturas, nota-se que, tanto em 2010 quanto em 2022, uma parte significativa dos licenciados em Pedagogia – cerca de 60% – tem idade superior a 30 anos (Gráfico 3). Nas demais licenciaturas, ao contrário, a maioria tem menos de 30 anos, embora o percentual com mais de 30 anos tenha aumentado em 2022 (Gráfico 4).

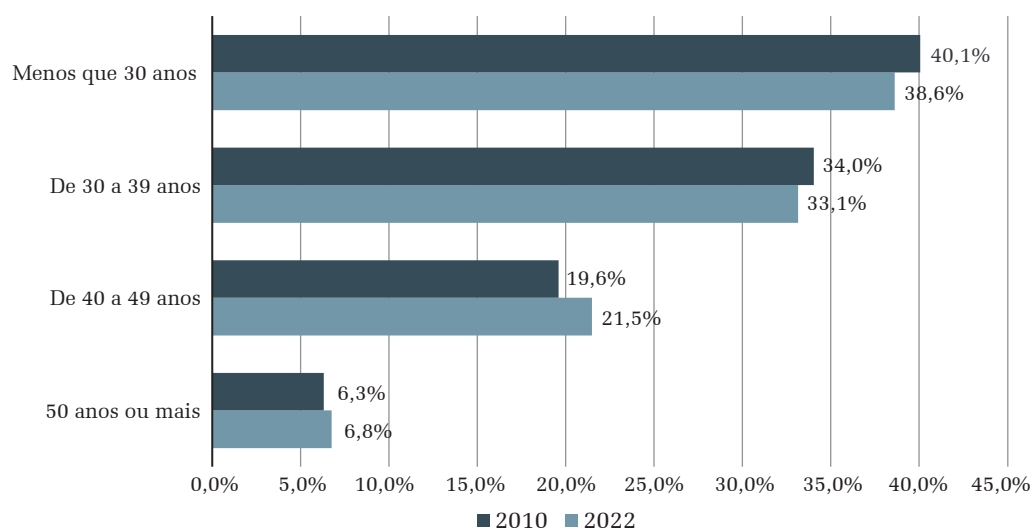


GRÁFICO 3

CONCLUINTES DO CURSO DE PEDAGOGIA, POR FAIXAS ETÁRIAS – BRASIL – 2010/2022

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b).

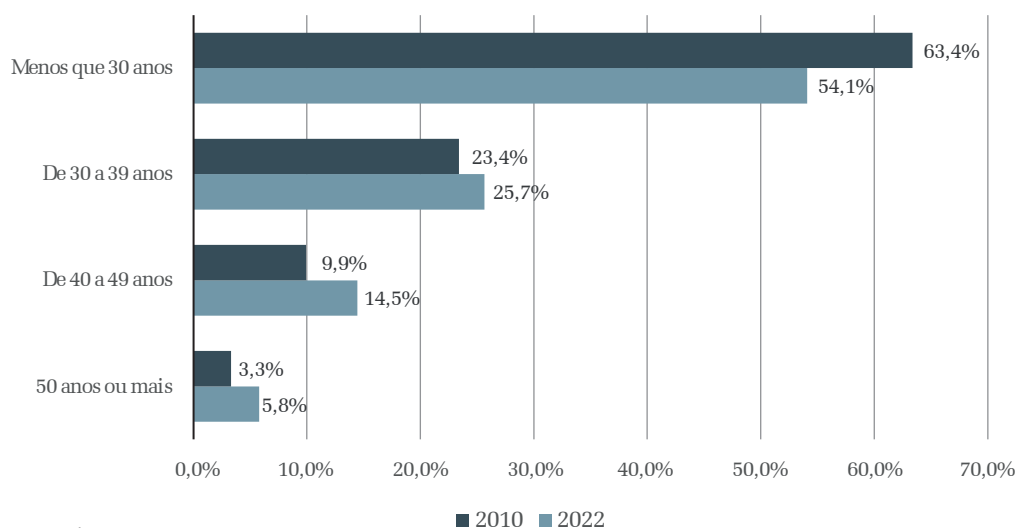


GRÁFICO 4

CONCLUINTES DOS CURSOS DE LICENCIATURAS ESPECÍFICAS, POR FAIXAS ETÁRIAS – BRASIL – 2010/2022

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b).

O Gráfico 5 apresenta a distribuição dos egressos dos cursos de Pedagogia e das demais licenciaturas em 2022, por idade, exibindo o quantitativo de indivíduos para cada idade, em anos completos, em 31 de dezembro de 2022. Percebe-se que tanto a curva de idade dos concluintes de Pedagogia quanto das demais licenciaturas apresentam a moda (valor mais frequente) nos 23 anos. Entretanto, a curva de Pedagogia

apresenta uma saliência, indicativa de uma maior concentração de egressos, entre as idades de 26 e 40 anos, seguindo com uma proporção maior de concluintes com até 58 anos, ao passo que, nas licenciaturas específicas, a concentração mais significativa de concluintes se dá até os 30 anos.

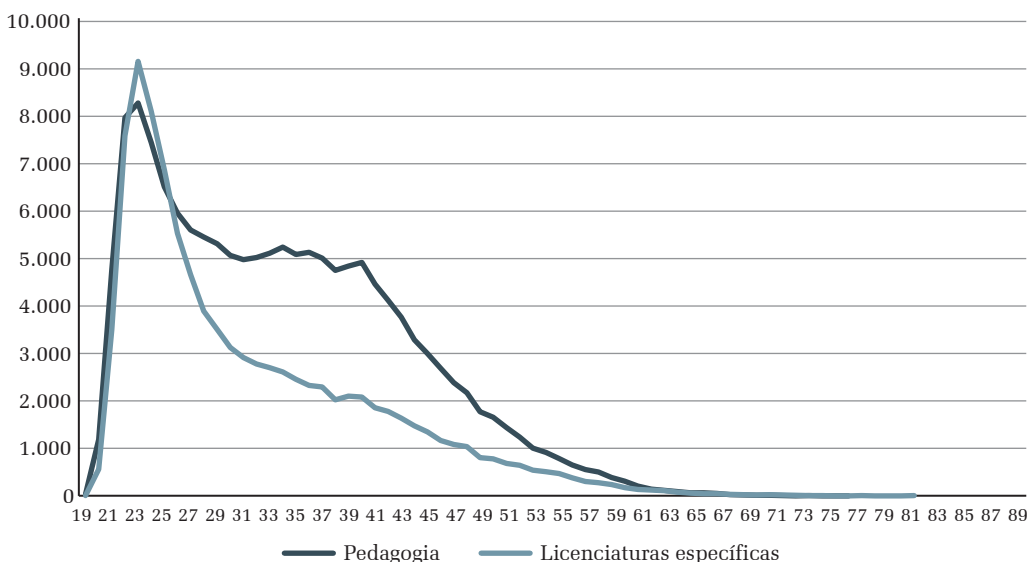


GRÁFICO 5

CONCLUINTES DOS CURSOS DE PEDAGOGIA E DE LICENCIATURAS ESPECÍFICAS POR IDADE - BRASIL - 2022

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b).

A análise da dependência administrativa das instituições superiores mostra que é o segmento privado o que mais forma egressos das licenciaturas, sendo responsável por três em cada quatro licenciados, tanto em 2010 quanto em 2022 (Gráfico 6). A análise por segmento, entretanto, esconde mudanças na composição do quantitativo de egressos entre as redes que compõem cada um deles. A rede privada com fins lucrativos apresenta, no período, o crescimento mais elevado: saltou de 70.252 em 2010 para 142.961 em 2022, isto é, mais do que dobrou. Percebe-se ainda que houve aumento dos concluintes na rede federal (cerca de 19%). Nas demais redes, houve redução no número de concluintes.

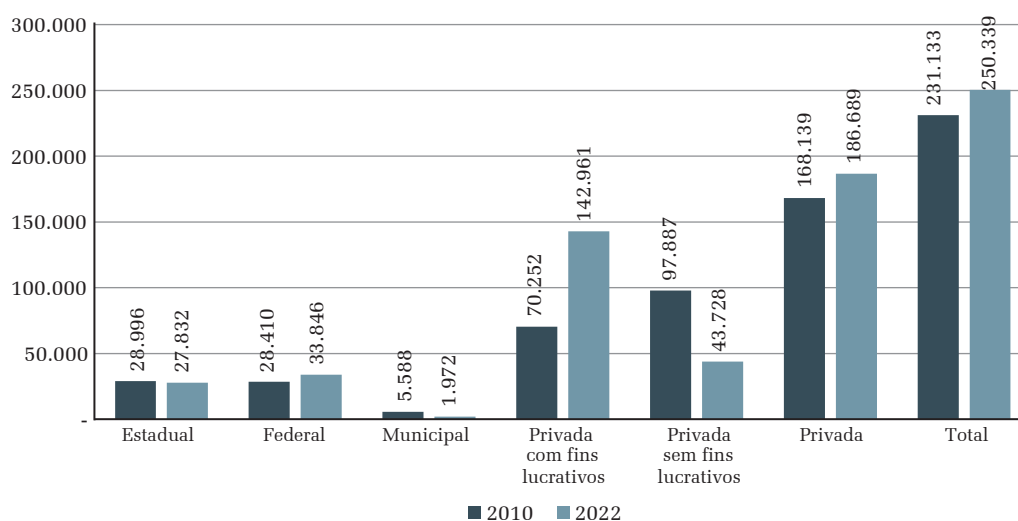


GRÁFICO 6

CONCLUINTES DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS ESPECÍFICAS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO – BRASIL – 2010/2022

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b).

Verifica-se ainda um aumento no número de concluintes de cursos na modalidade de educação a distância (EaD), bem como uma redução em cursos presenciais (Gráficos 7 e 8). No curso de Pedagogia, o crescimento da modalidade de EaD foi mais expressivo, passando de 49.100 em 2010 para 114.652 em 2022, um aumento de 133,5% (65.552 concluintes), ao passo que os egressos de cursos presenciais diminuiriam 36,7%. Nas demais licenciaturas, o número de egressos formados em cursos a distância foi de 22.117 em 2010 para 46.924 em 2022, um crescimento de 112,2% (24.807), enquanto os formados em cursos presenciais diminuiriam 49,0%.

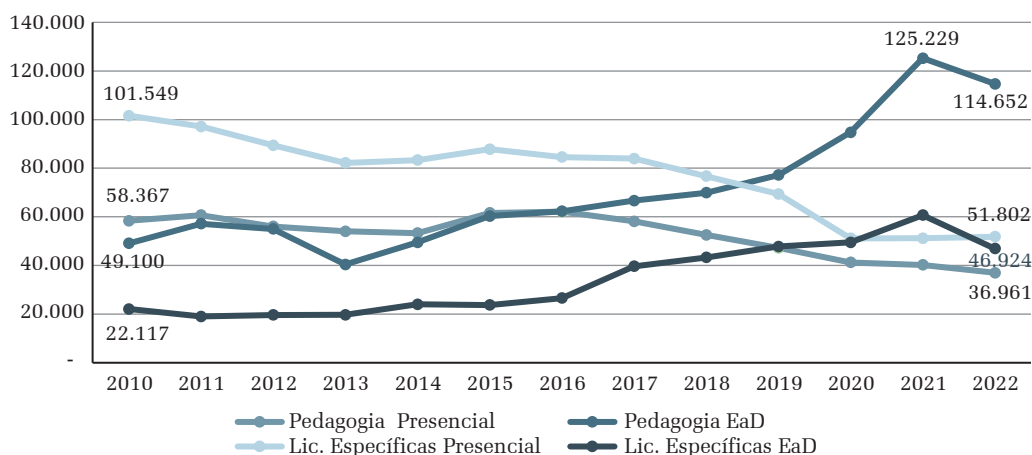


GRÁFICO 7

CONCLUINTES DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS ESPECÍFICAS, POR MODALIDADE DE ENSINO – BRASIL – 2010-2022

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b).

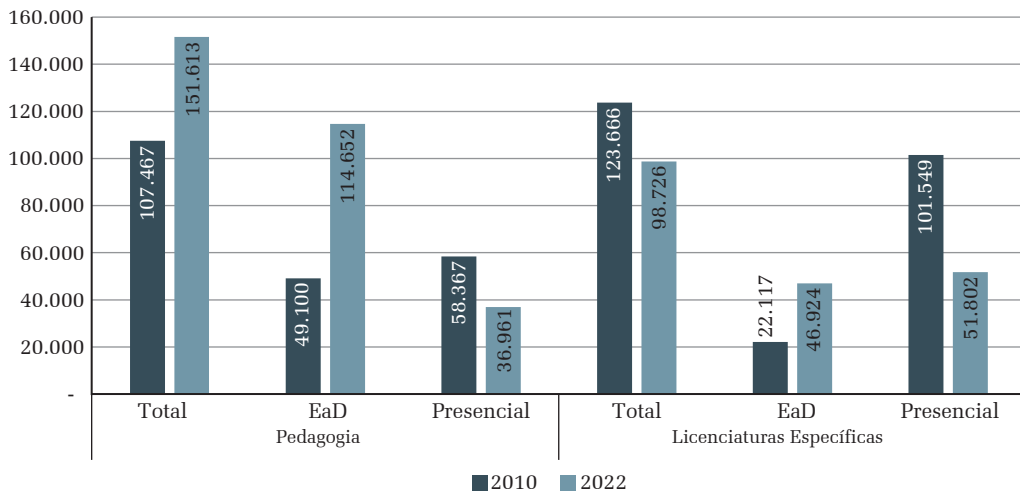


GRÁFICO 8

CONCLUINTE DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS ESPECÍFICAS, POR MODALIDADE DE ENSINO – BRASIL – 2010/2022

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b).

O crescimento da formação de licenciados na modalidade a distância ocorreu em quase todas as redes, com exceção da federal, onde se manteve estável, com uma redução marginal de 15,0% em 2010 para 14,5% em 2022 (Gráfico 9). O crescimento da modalidade a distância foi mais intenso na rede privada com fins lucrativos: de 52,2% em 2010 para 86,9% em 2022. Nesse último ano, quase metade dos egressos das licenciaturas se formou em cursos EaD de instituições privadas com fins lucrativos (49,6%).

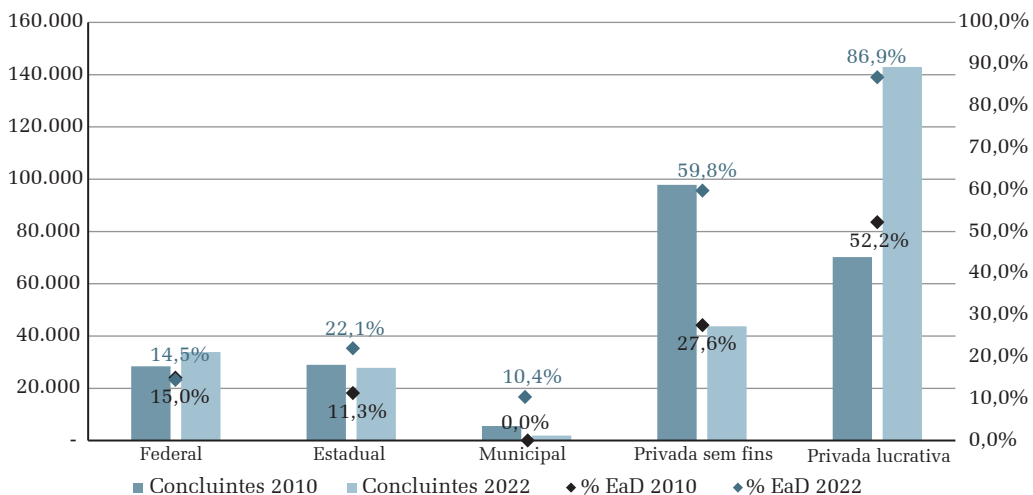


GRÁFICO 9

CONCLUINTE DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS ESPECÍFICAS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO E MODALIDADE DE ENSINO – BRASIL – 2010/2022

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b).

3 EGRESSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS QUE ATUAM COMO DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Esta seção apresenta análises relativas aos egressos dos cursos de Pedagogia e licenciaturas específicas que seguem a carreira docente na educação básica. O Gráfico 10 apresenta o percentual de concluintes desses cursos que atuavam como docentes na educação básica um ano após a conclusão da graduação, no período de 2010 a 2022. Verifica-se que tanto para as licenciaturas específicas quanto para a Pedagogia houve uma tendência de queda desse percentual de 2015 a 2019 (e 2020, em Pedagogia) e, posteriormente, de incremento após 2020 – ano marcado pela pandemia de covid-19 no Brasil. Nas licenciaturas específicas, o percentual de egressos que atuavam na docência no ano seguinte à conclusão do curso não chega a um terço em nenhum dos anos da série histórica. Percebe-se um crescimento desse percentual de 2010 a 2013, ano em que atinge a maior proporção (32,3%), e um decréscimo contínuo de 2014 a 2019, quando atinge o patamar mais baixo (22,1%). Após 2020, há um retorno ao crescimento, estabilizando-se em torno de 29% em 2022.

Em Pedagogia, a proporção de concluintes que atuavam na educação básica no ano seguinte à conclusão do curso é maior do que nas demais licenciaturas, observando-se os maiores percentuais entre 2010 e 2014 – em torno de 43%. Na sequência, há um decréscimo consistente até 2020 (ano pandêmico, em que se registra a menor proporção: 25,1%), voltando a crescer e se estabilizar em torno de um terço dos concluintes – 32% e 34%, respectivamente, em 2021 e 2022.

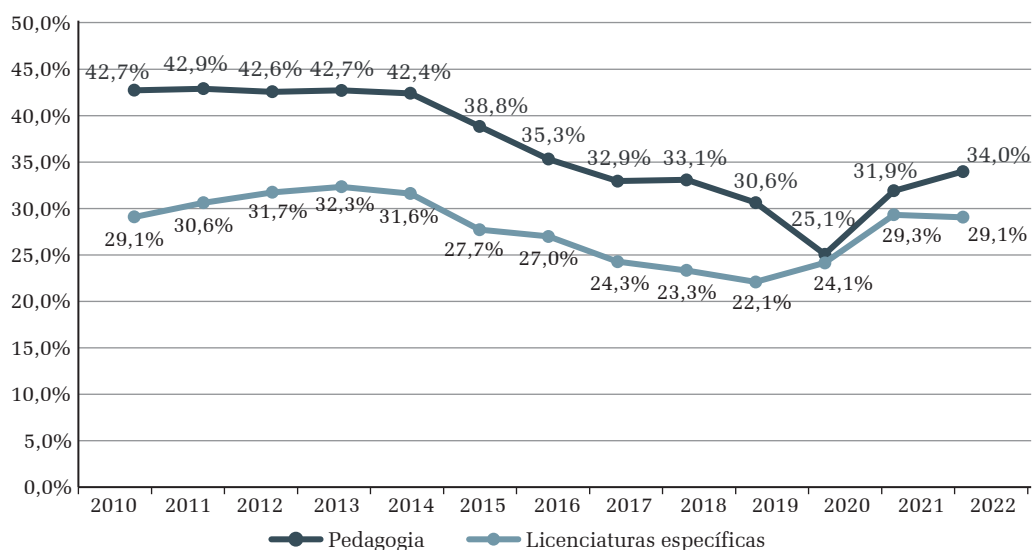


GRÁFICO 10

PERCENTUAL DE EGRESSOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS ESPECÍFICAS QUE ATUAM COMO DOCENTE NO ANO APÓS A CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO – BRASIL – 2010-2022

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. Inep, 2024a) e do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b).

As Tabelas 1 e 2 apresentam um quadro mais abrangente da atuação dos egressos das licenciaturas ao mostrar os percentuais que atuam como docentes na educação básica um ano antes, no ano da conclusão do curso e a cada ano após a graduação. A análise desses dados revela que há uma proporção significativa de egressos das licenciaturas específicas e de Pedagogia que são docentes no ano após a graduação e que já eram professores antes de concluírem o curso, como ilustram os Gráficos 11 e 12. Nas licenciaturas específicas, de 2013 a 2020, os percentuais dos que já eram professores no ano anterior à conclusão do curso correspondem a mais de 60% dos que são docentes um ano após a graduação, atingindo percentuais mais elevados em 2015 (74,6%) e 2020 (71,8%), e diminuindo para cerca de 57% e 49% nas coortes de concluintes docentes em 2021 e 2022, respectivamente.

Nos cursos de Pedagogia, até 2019, mais de 70% dos egressos que eram docentes na educação básica um ano após a conclusão do curso já eram professores no ano anterior à conclusão. Em 2019, esse percentual subiu para 80%, atingindo 96,3% no ano pandêmico de 2020. Essa proporção diminuiu em 2021 para 69,4% e, em 2022, para pouco mais da metade dos concluintes (51,4%).

TABELA 1
**PERCENTUAL DE FORMADOS EM CURSOS DE LICENCIATURAS ESPECÍFICAS QUE ATUAM COMO DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA,
POR ANO DE CONCLUSÃO DO CURSO (LINHAS) E ATUAÇÃO COMO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA (COLUNAS) – BRASIL – 2010-2022**

Ano de conclusão do curso	Total de egressos	Percentual de egressos que atuam como docentes da educação básica														
		No ano anterior à conclusão	No ano de conclusão	1 ano após a conclusão	2 anos após a conclusão	3 anos após a conclusão	4 anos após a conclusão	5 anos após a conclusão	6 anos após a conclusão	7 anos após a conclusão	8 anos após a conclusão	9 anos após a conclusão	10 anos após a conclusão	11 anos após a conclusão	12 anos após a conclusão	13 anos após a conclusão
2010	122.966		20,8%	29,1%	34,2%	36,4%	37,4%	36,6%	36,7%	36,3%	36,1%	35,6%	34,9%	34,3%	34,6%	34,0%
2011	116.157	18,2%	21,7%	30,6%	35,1%	36,9%	36,6%	36,5%	36,1%	36,0%	35,6%	34,8%	34,4%	34,8%	34,3%	
2012	109.036	18,7%	22,8%	31,7%	35,7%	36,2%	36,6%	36,5%	36,6%	36,6%	35,7%	35,1%	35,7%	35,3%		
2013	101.897	19,6%	23,5%	32,3%	34,9%	36,0%	36,5%	36,9%	36,8%	36,1%	35,6%	36,6%	36,3%			
2014	107.362	22,2%	25,2%	31,6%	34,4%	35,8%	36,7%	36,9%	36,4%	36,1%	37,4%	37,3%				
2015	111.571	20,7%	21,9%	27,7%	31,6%	33,3%	34,4%	34,2%	34,2%	36,1%	36,2%					
2016	111.123	18,6%	19,4%	27,0%	30,2%	32,2%	33,0%	33,4%	35,7%	36,4%						
2017	123.626	15,7%	18,4%	24,3%	28,4%	29,8%	30,4%	33,6%	34,3%							
2018	120.048	14,7%	15,9%	23,3%	26,7%	28,3%	32,6%	33,7%								
2019	117.214	14,5%	16,2%	22,1%	25,5%	31,8%	33,9%									
2020	100.641	17,3%	19,0%	24,1%	33,4%	36,1%										
2021	111.872	16,6%	18,0%	29,3%	34,2%											
2022	98.726	14,2%	20,2%	29,1%												

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. Inep. 2024a) e do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep. 2024b).

TABELA 2

PERCENTUAL DE FORMADOS EM CURSOS DE PEDAGOGIA QUE ATUAM COMO DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA, POR ANO DE CONCLUSÃO DO CURSO (LINHAS) E ATUAÇÃO COMO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA (COLUNAS) – BRASIL – 2010-2022

Ano de conclusão do curso	Total de egressos	Percentual de egressos que atuam como docentes da educação básica														
		No ano anterior à conclusão	No ano de conclusão	1 ano após a conclusão	2 anos após a conclusão	3 anos após a conclusão	4 anos após a conclusão	5 anos após a conclusão	6 anos após a conclusão	7 anos após a conclusão	8 anos após a conclusão	9 anos após a conclusão	10 anos após a conclusão	11 anos após a conclusão	12 anos após a conclusão	13 anos após a conclusão
2010	106.856		35,1%	42,7%	47,4%	49,6%	50,4%	49,7%	49,5%	49,2%	48,4%	47,2%	45,9%	44,0%	44,3%	43,7%
2011	117.849	31,8%	34,5%	42,9%	47,5%	49,2%	48,9%	48,7%	48,6%	48,1%	47,0%	45,9%	43,9%	44,4%	43,8%	
2012	111.027	30,5%	34,0%	42,6%	47,4%	47,9%	47,9%	48,2%	48,0%	47,0%	45,8%	43,6%	44,9%	44,8%		
2013	94.451	30,3%	33,0%	42,7%	45,9%	46,6%	47,2%	47,5%	46,9%	45,6%	43,4%	45,0%	44,8%			
2014	102.762	33,2%	35,6%	42,4%	45,5%	46,8%	47,4%	47,0%	45,8%	43,2%	45,2%	45,4%				
2015	121.902	31,1%	32,3%	38,8%	42,8%	44,3%	44,6%	44,0%	41,7%	44,4%	44,9%					
2016	124.392	27,3%	27,6%	35,3%	39,4%	40,8%	40,8%	38,6%	42,4%	43,6%						
2017	124.780	24,3%	26,0%	32,9%	37,4%	38,4%	36,5%	41,3%	43,0%							
2018	122.478	24,8%	25,9%	33,1%	36,6%	35,6%	41,2%	43,6%								
2019	124.409	24,5%	25,8%	30,6%	31,5%	39,7%	42,9%									
2020	136.033	24,1%	24,0%	25,1%	36,6%	41,0%										
2021	165.439	22,1%	20,0%	31,9%	38,6%											
2022	151.611	17,5%	24,0%	34,0%												

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. Inep, 2024a) e do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b).

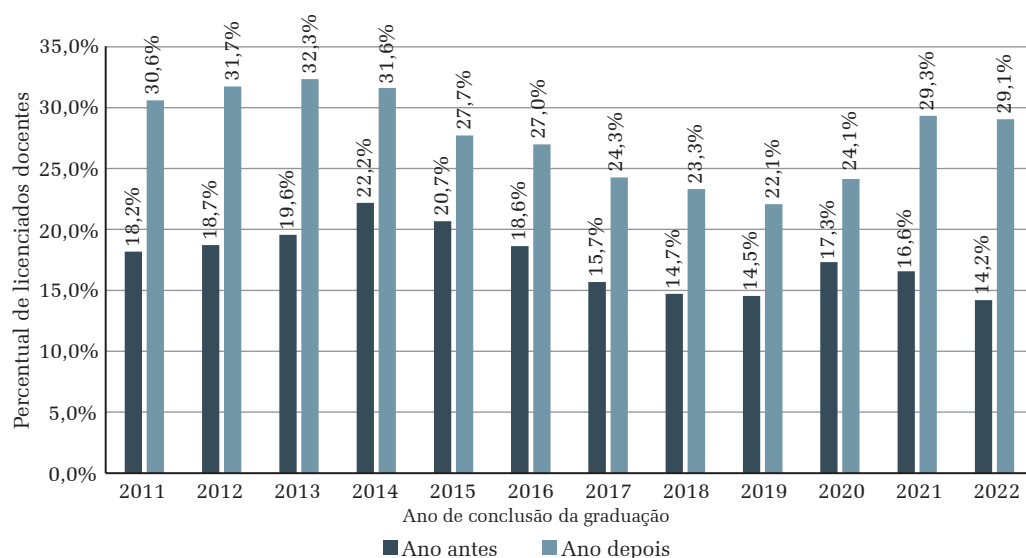


GRÁFICO 11

PERCENTUAL DE EGRESSOS DAS LICENCIATURAS ESPECÍFICAS QUE ATUAM COMO DOCENTE UM ANO ANTES E UM ANO DEPOIS DA GRADUAÇÃO – BRASIL – 2011-2022

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. Inep, 2024a) e do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b).

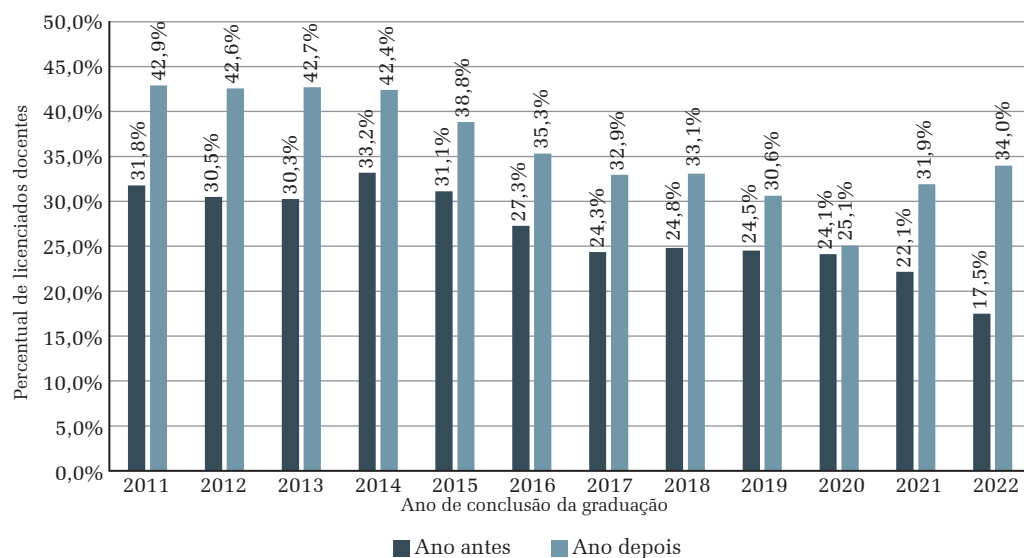


GRÁFICO 12

PERCENTUAL DE EGRESSOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA QUE ATUAM COMO DOCENTE UM ANO ANTES E UM ANO DEPOIS DA GRADUAÇÃO – BRASIL – 2011-2022

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. Inep, 2024a) e do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b).

Como já sinalizado em trabalho anterior (Bof; Caseiro; Mundim, 2023), esses dados indicam que a estimativa de que cerca de um terço dos concluintes das licenciaturas seguem a carreira docente não equivale a uma taxa de ingresso na carreira, uma vez que parte significativa desses concluintes já atuava anteriormente como docente. Comparando-se o quantitativo de egressos que são professores da educação básica um ano após a graduação àqueles que já atuavam como professores um ano antes da graduação, constata-se que seriam apenas cerca de 15% e 16% os concluintes das licenciaturas específicas e de Pedagogia, respectivamente, considerados novos docentes que ingressam na carreira do magistério.

Os dados apresentados nas Tabelas 1 e 2 permitem observar ainda que os percentuais de egressos que são professores na educação básica se estabilizam a partir do terceiro ou quarto ano após a graduação nas coortes analisadas entre 2010 e 2022. Para as licenciaturas específicas, esse percentual corresponde a, aproximadamente, 35% dos egressos; para a Pedagogia, os percentuais são mais elevados – em torno de 45%, com algumas poucas exceções. Ressalte-se novamente, no entanto, que essas proporções de concluintes que atuam na carreira do magistério não equivalem ao ingresso de novos docentes na carreira, tendo em vista que um percentual considerável dos licenciados já era professor antes de se formar.

Analisando-se o perfil dos egressos de Pedagogia e das licenciaturas específicas que são docentes em relação à modalidade do curso que frequentaram, verifica-se que uma parte significativa desses professores foi formada em cursos na modalidade de educação a distância. Para os graduados em Pedagogia, os cursos a distância preponderaram em toda a série histórica analisada, com exceção dos anos 2011 e 2013, ocorrendo, paralelamente, uma redução sensível da formação presencial a partir de 2014 (Gráfico 13). Verifica-se que mais de 50% dos egressos de Pedagogia que são docentes da educação básica, formados a partir de 2016, tiveram sua formação na modalidade de EaD. Em 2021 e 2022, esse percentual atinge mais de 76% dos docentes egressos de Pedagogia, ou seja, cerca de três quartos dos professores que atuam na educação básica e se formaram em Pedagogia em 2021 e 2022 obtiveram sua graduação em cursos a distância.

Considerando as licenciaturas específicas, também se observa um aumento no percentual de egressos que são professores da educação básica formados em cursos na modalidade de EaD. Em 2011, 21,5% dos docentes egressos das licenciaturas específicas tinham frequentado curso de graduação a distância, enquanto em 2021 e 2022 esse percentual quase triplicou, atingindo 60% e 57%, respectivamente. Na evolução histórica, verifica-se que, até 2015, preponderavam os docentes egressos de cursos de licenciaturas presenciais; porém, a partir de 2019, o percentual de docentes egressos de licenciaturas a distância (51,8%) superou o dos cursos presenciais, atingindo 64,3% em 2021 e diminuindo para 57% em 2022.

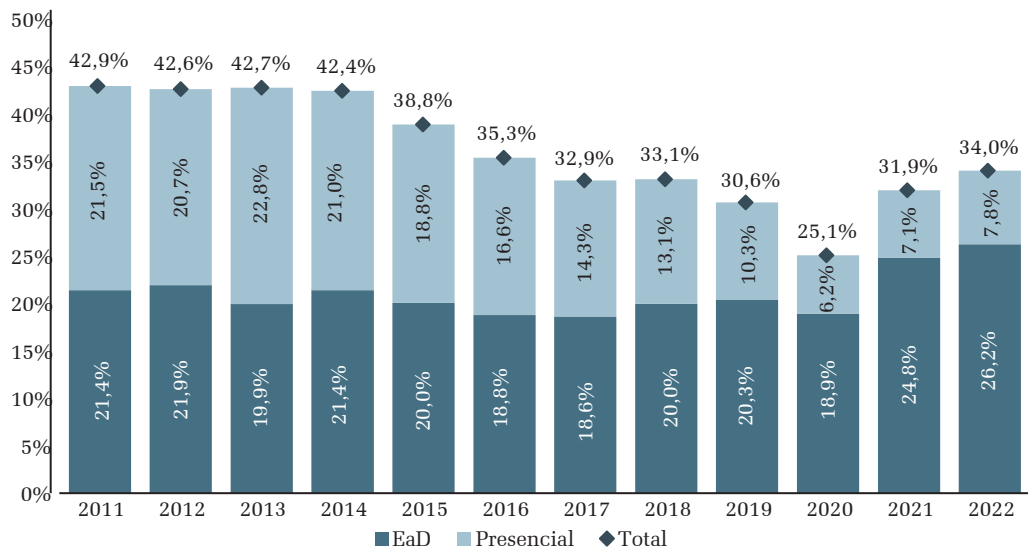


GRÁFICO 13

PERCENTUAL DE EGRESSOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA QUE ATUAVAM COMO DOCENTE UM ANO DEPOIS DA GRADUAÇÃO, POR MODALIDADE – BRASIL – 2011-2022

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. Inep, 2024a) e do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b).

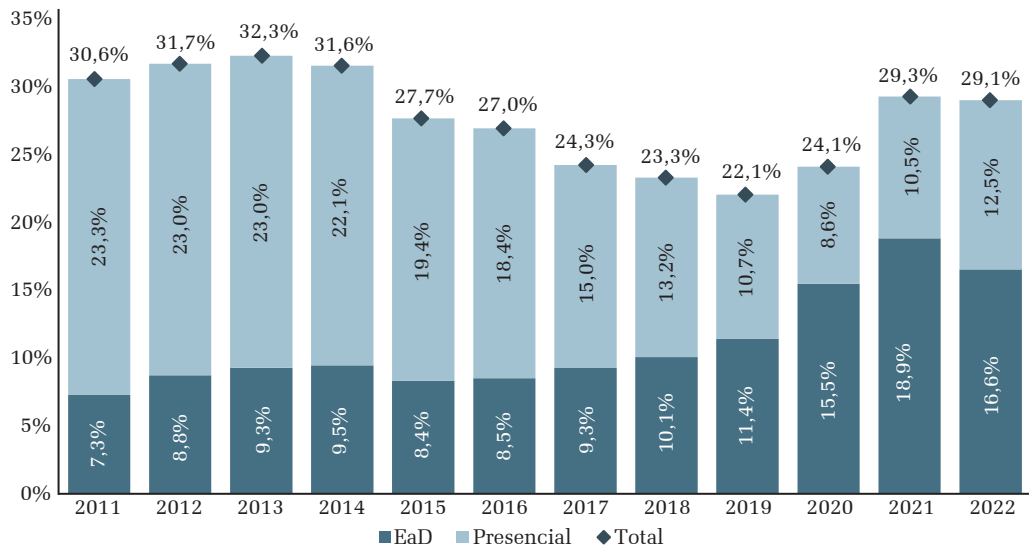


GRÁFICO 14

PERCENTUAL DE EGRESSOS DOS CURSOS DAS LICENCIATURAS ESPECÍFICAS QUE ATUAVAM COMO DOCENTE UM ANO DEPOIS DA GRADUAÇÃO, POR MODALIDADE – BRASIL – 2011-2022

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. Inep, 2024a) e do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b).

Em suma, esses resultados revelam que a maioria dos professores da educação básica licenciados entre 2019 e 2022 cursou a graduação na modalidade a distância. No caso de Pedagogia, os professores egressos em 2021 e 2022 que fizeram seu curso a distância representam mais de três quartos (77%) dos egressos docentes.

4 ONDE ESTÃO OS EGRESSOS DE PEDAGOGIA E DAS LICENCIATURAS ESPECÍFICAS QUE NÃO ATUAM COMO DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA?

Nesta seção, busca-se responder à questão central deste estudo, qual seja: para onde vão, no mercado de trabalho, os egressos dos cursos de licenciatura e de Pedagogia que não atuam como professores na educação básica?

A Tabela 3 contabiliza o número total de egressos das licenciaturas específicas e de Pedagogia no período de 2010 a 2020 e, entre esses, aqueles que foram encontrados na Rais em 2022 e no Censo Escolar em dois diferentes momentos, sendo o primeiro apenas em 2022 e o segundo entre 2021 e 2023. Analisa-se a ocupação, em 2022, dos formados até 2020, pois constata-se que são necessários cerca de três anos para que os egressos da educação superior se estabilizem em uma trajetória ocupacional (Caseiro, Maciente, 2023; Bof, Caseiro, Mundim, 2023).

TABELA 3

SITUAÇÃO DO VÍNCULO DE EMPREGO DOS EGRESSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS ESPECÍFICAS 2010 A 2020, COMO PROFESSORES NO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2021-2023) E TRABALHADORES NA RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (2022)

(continua)

	Tipo de vínculo	Quantitativo	%
A	Total de egressos de Pedagogia e licenciaturas específicas (2010-2020)	2.528.581	100,0%
B	Egressos que são trabalhadores formais na Rais (2022)	1.887.989	74,7%
C	Egressos que são professores no Censo Escolar (2022)	977.414	38,7%
D	Egressos que são professores no Censo Escolar (2021-2023)	1.207.791	47,8%
E	Egressos que não são professores no Censo Escolar (2022) e estão na Rais (2022)	942.594	37,3%
F	Egressos que não são professores no Censo Escolar (2021-2023) e estão na Rais (2022)	758.037	30,0%

TABELA 3
SITUAÇÃO DO VÍNCULO DE EMPREGO DOS EGRESSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS ESPECÍFICAS 2010 A 2020, COMO PROFESSORES NO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2021-2023) E TRABALHADORES NA RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (2022)

(conclusão)

	Tipo de vínculo	Quantitativo	%
G	Egressos que são professores da educação básica na RAIS (2022), mas não estão no Censo Escolar (2022)	206.121	8,2%
H	Egressos que são professores da educação básica na RAIS (2022), mas não estão no Censo Escolar (2021-2023)	93.866	3,7%
I	Egressos sem vínculos na Rais (2022) e no Censo Escolar (2022)	608.573	24,1%
J	Egressos sem vínculos na Rais (2022) e no Censo Escolar (2021-2023)	562.753	22,3%

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. Inep, 2024a), do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b) e da Rais (Brasil. MTE, 2022).

Entre os egressos de Pedagogia e demais licenciaturas entre 2010 e 2020, 74,7% são encontrados na Rais de 2022, ou seja, mantiveram algum vínculo formal de emprego naquele ano. Esse percentual é relativamente estável para todas as coortes de concluintes analisadas (2010-2020), como mostra o Gráfico 15, caindo para as duas coortes subsequentes (2021-2022), provavelmente, em função do mencionado período necessário para estabilização da trajetória ocupacional após a graduação. Pela mesma razão, observa-se uma elevação do percentual de egressos sem vínculos na Rais ou no Censo Escolar em 2021 e 2022.

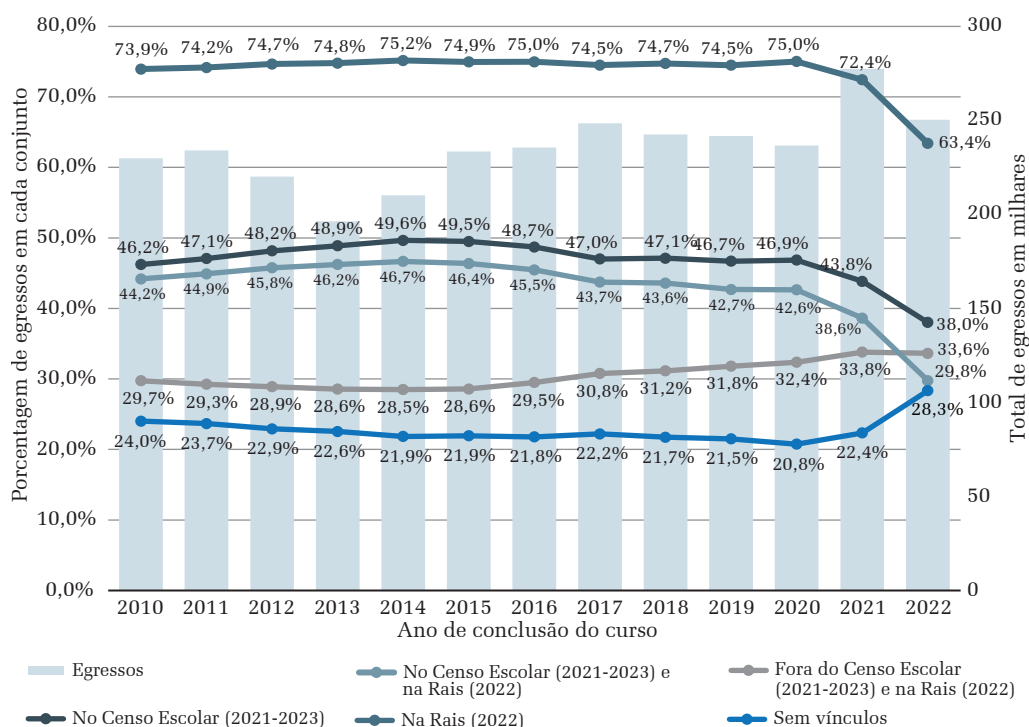


GRÁFICO 15

TIPOS DE VÍNCULOS DOS EGRESSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS ESPECÍFICAS, POR ANO DE CONCLUSÃO DO CURSO – 2010-2022

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. Inep, 2024a), do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b) e da Rais (Brasil. MTE, 2022).

Nota-se ainda, na Tabela 3, que quase metade dos egressos (47,8%) dos cursos de Pedagogia e licenciaturas específicas estavam registrados como docentes no Censo Escolar em ao menos uma das edições de 2021 a 2023. Optou-se por trabalhar com mais de uma edição do Censo Escolar nas definições dos universos de docentes e de não docentes, pois constatou-se que um significativo percentual (8,2%) de egressos dos cursos de Pedagogia e licenciaturas específicas (2010-2020) estavam registrados com a ocupação de professor da educação básica na Rais de 2022, mas não constavam como professores no Censo Escolar daquele mesmo ano. Diversos motivos podem contribuir para explicar essa aparente discrepância, sendo o principal deles o fato de o Censo Escolar registrar apenas os professores que estão vinculados a alguma turma de alunos na última semana do mês de maio de cada ano⁸. Por outro lado, a Rais considera os vínculos de emprego durante todo o ano, independentemente de professor, de fato, estar na sala de aula durante a semana de referência do Censo Escolar. Ao se ampliar a análise daqueles que eram professores para três edições do

⁸ Outros possíveis motivos incluem a existência de docentes em licença ou exercendo outras funções etc.

Censo Escolar (2021-2023), o percentual de egressos registrados como professores da educação básica na Rais 2022 que não constam no Censo Escolar cai de 8,2% para 3,7%⁹.

A definição inicial do universo de análise das ocupações dos que não atuam como professores é dada, portanto, pelo conjunto de egressos dos cursos de Pedagogia e licenciaturas específicas, entre 2010 e 2020, que não estão no Censo Escolar realizado entre 2021 e 2023 e que estão na Rais em 2022, totalizando 758.037 pessoas. Entre esses, 93.866 (12,4%) estão registrados na Rais como professores na educação básica (Tabela 4). Por estarem cadastrados como professores da educação básica, esses docentes foram excluídos das próximas análises, que buscam identificar em quais ocupações estão os egressos de Pedagogia e demais licenciaturas que não são professores nesse nível de ensino.

TABELA 4
EGRESSOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS ESPECÍFICAS (2010-2020)
QUE NÃO SÃO PROFESSORES NO CENSO ESCOLAR (2021-2023) E SÃO TRABALHADORES
FORMAIS NA RAIS (2022)

Grupo Ocupacional	N	%
Trabalhadores dos serviços	201.675	26,6%
Agentes, assistentes e auxiliares administrativos	144.512	19,1%
Professores da educação básica	93.866	12,4%
Técnicos de nível médio	70.243	9,3%
Profissionais do ensino	65.842	8,7%
Outros profissionais de nível superior	65.011	8,6%
Dirigentes e gerentes	60.124	7,9%
Trabalhadores da indústria	28.445	3,8%
Militares	25.361	3,3%
Trabalhadores da agropecuária e do extrativismo	1.941	0,3%
Sem informação de ocupação	1.017	0,1%
Total	758.037	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. Inep, 2024a), do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b) e da Rais (Brasil. MTE, 2022).

No Gráfico 16, apresentam-se os percentuais de egressos das licenciaturas (2010-2020) em categorias ocupacionais, excluindo-se os docentes da educação básica. Observa-se que a maior parte deles (30,4%) são trabalhadores em serviços – como operadores do comércio em lojas e mercados (5,5%); recepcionistas (2,5%);

⁹ Cabe notar que tampouco todos os docentes da educação básica que constam no Censo Escolar (Brasil. Inep, 2024a) são encontrados na Rais. Esse fato já foi observado em trabalhos anteriores.

inspetores de alunos e afins (2,4%); trabalhadores em serviços de promoção e apoio à saúde (2,4%); manutenção de edificações (2,2%); caixas e bilheteiros (exceto de bancos) (1,9%); coleta de resíduos, limpeza e conservação de áreas públicas (1,5%); operadores de telemarketing e afins (1,3%); policiais, guardas-civis municipais e agentes de trânsito (1,3%); vigilantes e guardas de segurança (1,0%) etc.

Cerca de um quarto deles (21,8%) está na categoria de agentes, assistentes e auxiliares administrativos, incluindo, além desses profissionais (16,6%), ocupações como supervisores administrativos (1,8%), escriturários de serviços bancários (1,0%) etc. Há, ainda, uma parcela de 10,6% de egressos que ocupam posições de técnicos de nível médio, como técnicos e auxiliares de enfermagem (1,8%), especialistas em promoção de produtos e vendas (0,8%), agentes de saúde e do meio ambiente (0,7%) etc.

Outros 10% são profissionais do ensino (que não docentes da educação básica), como programadores, avaliadores e orientadores de ensino (5,6%), professores na área de formação pedagógica do ensino superior (1,3%), instrutores e professores de cursos livres (1,2%) etc.

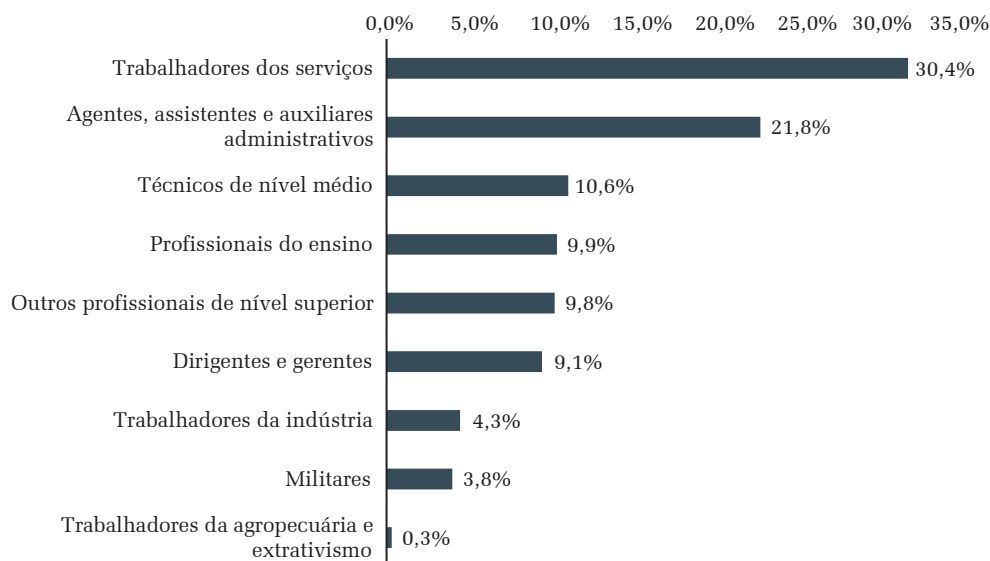


GRÁFICO 16

OCUPAÇÕES DOS EGRESSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS ESPECÍFICAS QUE NÃO SÃO DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. Inep, 2024a), do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b) e da Rais (Brasil. MTE, 2022).

Na categoria de Outros profissionais de nível superior, encontram-se os profissionais cujo exercício da ocupação demanda um diploma de nível superior, com exceção dos profissionais do ensino. Eles respondem por 9,8% dos egressos das licenciaturas, sendo as principais ocupações as de: profissionais da educação física

(3,0%); secretária(o) executiva(o) e afins (1,0%); administradores (0,8%); analistas de tecnologia da informação (0,5%) etc.

Outros 9,1% dos egressos das licenciaturas, que não são docentes, atuam como dirigentes ou gerentes, sendo as principais ocupações desse grupo as de dirigentes do serviço público (3,3%); diretores e gerentes de instituição de serviços educacionais (1,6%); gerentes administrativos, financeiros, de riscos e afins (1,1%); gerentes de comercialização, marketing e comunicação (1,1%) etc. Os militares correspondem a 3,8% dos egressos não docentes, a maioria cabos e soldados da polícia militar (1,7%) e praças das forças armadas (0,8%). Os egressos que são trabalhadores da indústria somam 4,3% e os da agropecuária e do extrativismo, 0,3%.

Quando se considera a remuneração dos egressos (Tabela 5), observa-se que a remuneração média dos professores da educação básica é inferior à de diversos outros grupos ocupacionais, como militares, dirigentes e gerentes, outros profissionais de nível superior e outros profissionais do ensino que não são da educação básica. Esses grupos ocupacionais com maiores remunerações médias, em seu conjunto, respondem por 32,6% dos egressos de Pedagogia e demais licenciaturas que não são docentes da educação básica.

A remuneração média dos professores da educação básica situa-se entre a remuneração média dos técnicos de nível médio e dos agentes, assistentes e auxiliares administrativos, grupos ocupacionais cujo requisito de escolarização é o nível médio completo. Esses dois grupos agregam 32,4% do universo analisado de egressos não docentes.

Por sua vez, os trabalhadores dos serviços, categoria ocupacional que absorve o maior contingente de egressos dos cursos de formação de professores que não são docentes da educação básica (30,4%), obtêm os menores rendimentos médios. Também obtêm rendimentos médios inferiores, em relação aos docentes da educação básica, os trabalhadores da indústria e os da agropecuária e do extrativismo. Essas três categorias de trabalhadores congregam 35% dos egressos analisados.

Ou seja, pouco menos de um terço dos egressos de cursos de Pedagogia e outras licenciaturas consegue obter uma remuneração superior à de professor em outras ocupações de nível superior; além disso, pouco menos de um terço obtém uma remuneração similar em ocupações de nível médio; e pouco mais de um terço obtém remunerações inferiores às de professores como trabalhadores dos serviços, da indústria e da agropecuária e do extrativismo, em trabalhos com menores requisitos de escolarização.

TABELA 5

REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL, EM 2022, DOS EGRESSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS ESPECÍFICAS, ENTRE 2010 E 2020, POR GRUPO OCUPACIONAL

Grupo Ocupacional	Remuneração média mensal (R\$)
Militares	7.720,2
Dirigentes e gerentes	5.441,0
Outros profissionais de nível superior	4.840,0
Profissionais do ensino	4.585,8
Técnicos de nível médio	4.188,1
Professores da educação básica	4.089,3
Agentes, assistentes e auxiliares administrativos	3.853,1
Trabalhadores da indústria	3.503,8
Trabalhadores da agropecuária e do extrativismo	2.673,1
Trabalhadores de serviços	2.531,2

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b) e da Rais (Brasil. MTE, 2022).

A desigualdade de remuneração, em 2022, entre os professores da educação básica e os outros profissionais de nível superior é evidente no Gráfico 17 e se reproduz para todas as coortes de egressos consideradas, em desfavor dos primeiros, ainda que com diferentes intensidades. O percentual indicado na linha do gráfico corresponde à razão¹⁰ entre os rendimentos médios dos profissionais do magistério e dos demais profissionais com escolaridade de nível superior.

Para as coortes de egressos nas quais ocorreu uma maior aproximação dos rendimentos dessas duas categorias, a proximidade se deveu mais a uma menor remuneração dos egressos dos cursos de Pedagogia e licenciaturas específicas que se destinaram a outras ocupações de nível superior do que a um aumento da remuneração daqueles que seguiram a carreira de docentes da educação básica¹¹.

Esses dados reforçam a questão da desvalorização da remuneração da profissão docente em relação a outras de nível superior, já apontados em outros trabalhos (Maciente et al. 2015; Caseiro; Maciente, 2023). Embora a profissão docente tenha passado a requerer a formação superior em um curso de graduação desde a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, em termos salariais ela é ainda valorizada, em média, como se fosse uma ocupação de nível médio.

¹⁰ Trata-se da relação entre os dois grupos de profissionais, que é posteriormente multiplicada por 100, para que se tenha o resultado como uma relação percentual entre as duas remunerações médias consideradas. Em uma situação de igualdade, a relação percentual seria igual a 100%.

¹¹ Tendência similar é observada no monitoramento da meta 17 do PNE (Brasil. Inep, 2024c).

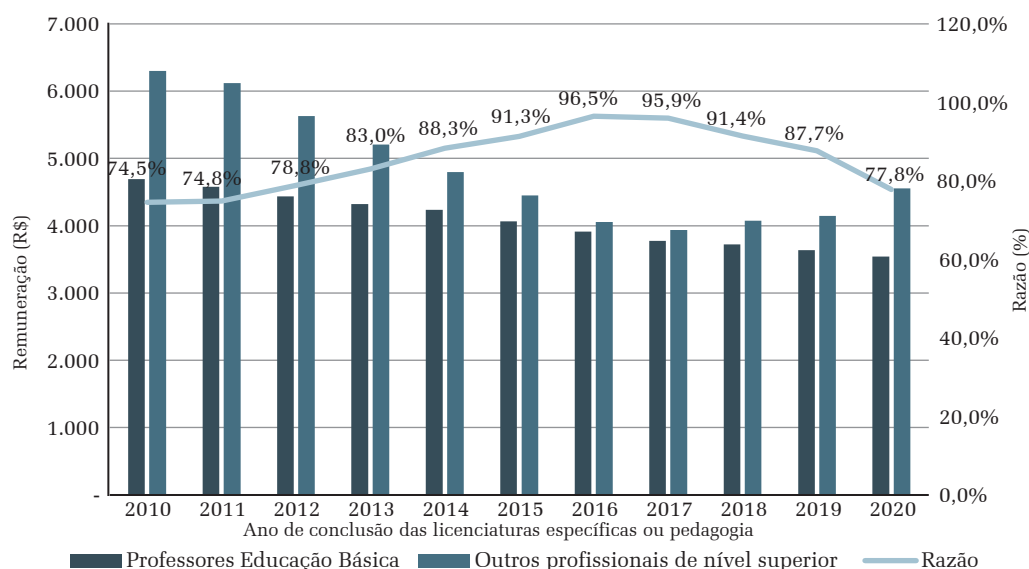


GRÁFICO 17

REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE OUTROS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR QUE CONCLUÍRAM CURSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS ESPECÍFICAS, ENTRE 2010 E 2020, POR ANO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b) e da Rais (Brasil. MTE, 2022).

A diversidade da atuação ocupacional dos egressos das licenciaturas parece estar associada à própria origem socioeconômica desses egressos, evidenciada por meio da análise da trajetória anterior desses indivíduos no mercado de trabalho. A Tabela 6 mostra qual era a ocupação dos egressos dos cursos de licenciatura nos anos anteriores à formatura (origens ocupacionais, nas linhas) e nos anos posteriores (destinos ocupacionais, nas colunas). Essa tabela possibilita uma análise da mobilidade intrageracional (ou seja, para um mesmo indivíduo)¹² após a conclusão dos cursos de licenciatura.

Para a construção da Tabela 6, foi considerada como origem ocupacional a última ocupação principal registrada, no Censo Escolar ou na Rais, nos quatro anos anteriores à formatura. Desse modo, se um indivíduo concluiu a licenciatura em 2014, buscou-se recuperar qual foi sua ocupação principal entre os anos de 2010 e 2013; se ele concluiu a licenciatura em 2018, buscou-se identificar qual foi sua ocupação entre os anos de 2013 e 2017. Caso o indivíduo tenha diferentes ocupações principais ao longo do período analisado, a última ocupação principal foi considerada; já o destino

¹² Os estudos de mobilidade ocupacional podem analisar tanto a mobilidade intergeracional (dos filhos em relação aos pais) ou intrageracional (de um mesmo indivíduo ao longo do tempo).

ocupacional foi definido como sendo a última ocupação exercida por cada indivíduo entre os anos de 2019 e 2022. Foram selecionadas as coortes de concluintes entre 2014 e 2018, porque apenas essas coortes permitiam uma análise da ocupação dos egressos nos quatro anos antes e nos quatro anos depois da conclusão da licenciatura. Essas coortes totalizaram mais de um milhão de egressos das licenciaturas (1.170.044).

TABELA 6

ORIGENS E DESTINOS OCUPACIONAIS DOS EGRESSOS DE LICENCIATURAS – 2014-2018

Grupos ocupacionais	Docentes	Trabalhadores de serviços	Trabalhadores administrativos	Técnicos de nível médio	Trabalhadores da indústria	Dirigentes e gerentes	Profissionais de nível superior	Militares	Trabalhadores agrícolas	Sem vínculo	Totais das linhas (origens ocupacionais)	
											(N)	(%)
Docentes	80,1%	4,0%	2,7%	1,0%	0,4%	2,2%	1,2%	0,2%	0,0%	8,1%	410.854	35,1%
Trabalhadores de serviços	41,7%	30,8%	6,3%	2,7%	1,3%	2,6%	3,1%	0,4%	0,1%	11,1%	221.113	18,9%
Trabalhadores administrativos	38,9%	8,7%	28,5%	3,2%	1,0%	4,1%	4,5%	0,5%	0,1%	10,6%	124.544	10,6%
Técnicos de nível médio	35,3%	8,4%	6,2%	30,9%	1,3%	2,8%	4,8%	0,3%	0,1%	9,9%	48.826	4,2%
Trabalhadores da indústria	37,6%	10,7%	5,5%	5,7%	21,7%	2,0%	3,8%	0,6%	0,3%	12,1%	36.879	3,2%
Dirigentes e gerentes	40,3%	8,9%	8,1%	2,7%	0,9%	22,6%	3,4%	1,1%	0,1%	11,9%	27.757	2,4%
Profissionais de nível superior	34,1%	5,7%	7,6%	3,4%	0,8%	5,0%	29,5%	0,3%	0,1%	13,6%	19.286	1,6%
Militares	7,4%	3,3%	2,6%	1,3%	0,8%	1,9%	1,6%	73,8%	0,0%	7,3%	10.729	0,9%
Trabalhadores agrícolas	37,3%	11,5%	6,5%	4,4%	5,5%	2,3%	2,5%	0,2%	17,6%	12,2%	1.987	0,2%
Sem vínculo	45,2%	7,9%	4,9%	2,3%	0,9%	2,2%	3,5%	0,5%	0,1%	32,3%	268.069	22,9%
Totais das colunas (destinos ocupacionais)	(N)	641.282	128.714	82.935	39.326	17.447	35.354	37.598	12.086	1.207	174.095	1.170.044
	(%)	54,8%	11,0%	7,1%	3,4%	1,5%	3,0%	3,2%	1,0%	0,1%	14,9%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. Inep. 2024a), do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep. 2024b) e da Rais (Brasil. MTE, 2022).

Por meio da análise de mobilidade, notam-se duas grandes tendências. A primeira tendência é a da conversão em docentes, após a graduação, de pessoas que, antes da graduação, atuavam em outras ocupações. A segunda tendência é a da permanência, após a graduação, nos grupos ocupacionais de origem, ou seja, na mesma área que a pessoa atuava antes de se formar. Essas duas tendências abarcam, conjuntamente, a maior parte dos egressos de todos os grupos ocupacionais e, também, daqueles que não tinham vínculos de emprego durante o curso de licenciatura – isto é, aqueles que não estavam empregados durante a graduação apresentaram uma maior probabilidade de não estarem empregados após a graduação. Esses resultados mostram que o percentual de migração de uma categoria ocupacional para outra, que não seja a docência, é relativamente pequeno entre os egressos das licenciaturas. Evidencia-se, portanto, o peso da trajetória ocupacional anterior à conclusão do curso na trajetória ocupacional após a conclusão do curso.

Ao considerar o período de quatro anos antes da conclusão do curso, nota-se que 35,1% dos egressos das licenciaturas já atuavam como docentes nesse período (410.854 pessoas). Nos quatro anos após a conclusão da licenciatura, esse percentual aumentou para 54,8% do universo analisado (641.282 pessoas). A taxa de permanência na docência, ou seja, o percentual daqueles que já eram docentes antes da licenciatura e permaneceram na docência após a conclusão do curso foi de 80,1% (328.977 pessoas). A contrapartida da taxa de permanência é a taxa de evasão docente, isto é, 19,9% daqueles que eram docentes antes da conclusão do curso deixaram de sê-lo após a conclusão da licenciatura. A distribuição dessas pessoas que já eram docentes em outras situações de vínculo empregatício pode ser verificada na primeira linha da Tabela 6.

Para todos os outros grupos ocupacionais considerados, com exceção dos militares, o percentual de conversão em docentes foi superior a um terço (primeira coluna da Tabela 6) e maior do que o percentual de permanência na mesma ocupação (diagonal da Tabela 6). Ainda assim, o percentual de permanência na mesma ocupação foi significativo, sendo maior do que o percentual de conversão em qualquer outro grupo ocupacional específico diferente dos docentes.

A análise da mobilidade para cada uma das categorias ocupacionais foge ao escopo deste artigo. Ainda assim, cabe notar como a conclusão de um curso de licenciatura pode ser relevante para a mobilidade ocupacional de diversas categorias de trabalhadores. Por exemplo, percebe-se que os trabalhadores agrícolas que concluíram um curso de licenciatura tiveram a menor taxa de permanência no mesmo grupo ocupacional (17,6%), sendo que 37,3% deles se converteram em docentes após a conclusão do curso e 32,9% passaram a exercer outras ocupações, enquanto 12,2% deixaram de ter registro formal de emprego.

Os fluxos entre as categorias ocupacionais também podem ser observados de acordo com a perspectiva dos destinos ocupacionais. Nesse sentido, nota-se que, para o grupo dos que tiveram a docência como última ocupação principal entre

2019 e 2022, 51,3% já eram docentes antes da conclusão da licenciatura, 18,9% não tinham vínculo empregatício e 29,8% tinham outra ocupação que não a docência (Gráfico 18). Esses resultados convergem para a constatação de que um elevado percentual dos egressos da licenciatura que são docentes já atuavam nessa ocupação antes da conclusão do curso.

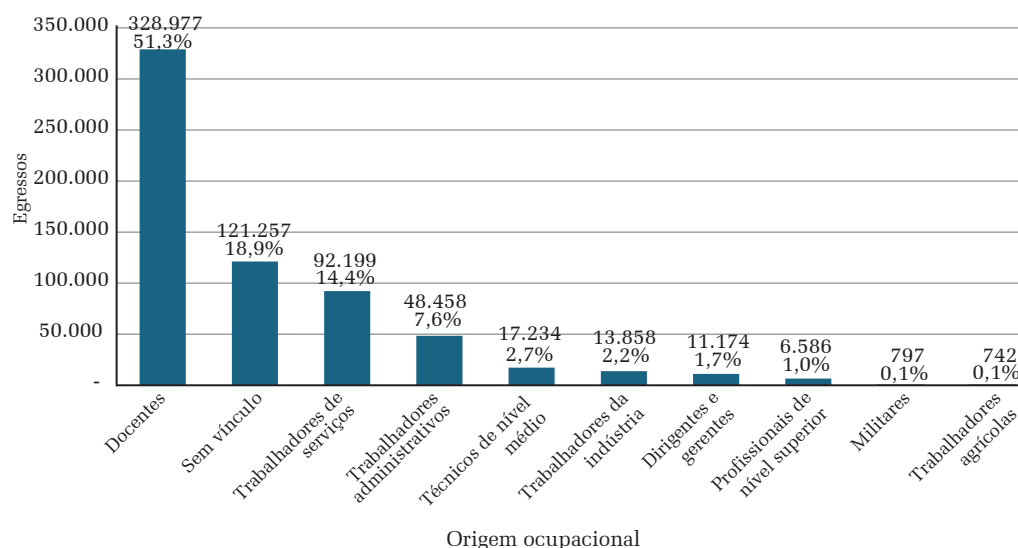


GRÁFICO 18

ORIGEM OCUPACIONAL DOS DOCENTES ENTRE 2019 E 2022 QUE CONCLUÍRAM OS CURSOS DE LICENCIATURAS – 2014-2018

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. Inep, 2024a), do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b) e da Rais (Brasil. MTE, 2022).

A alta taxa de atuação como docente antes da conclusão da licenciatura revela que o percentual de egressos que são docentes após a graduação não equivale a novos docentes. O cálculo de uma taxa líquida de conversão de licenciados em novos docentes precisa descontar os licenciados que já eram professores antes da graduação. A Tabela 7 apresenta essa taxa líquida de conversão para os egressos de 2014 a 2018 e apresenta algumas desagregações previamente analisadas em relação ao perfil dos concluintes. Percebe-se que, enquanto a taxa total de exercício da docência após a graduação pelos egressos das licenciaturas foi de 54,8%, a taxa de conversão líquida de licenciados em novos docentes foi de apenas 19,4%, uma vez que 35,1% dos egressos já atuavam como docentes antes de se formarem¹³.

¹³ Cabe salientar que esses resultados são um pouco maiores em relação aos analisados na seção 2. Enquanto na análise anterior considerava-se apenas um ano antes e um ano após a conclusão do curso, aqui são considerados quatro anos antes e quatro anos depois da conclusão do curso. Além disso, foram adicionados, nessa última análise, os registros de docentes na Rais em complementação aos registros do Censo Escolar.

Nota-se ainda que não há grandes variações no percentual total de egressos docentes entre os cursos presenciais e a distância. Entretanto, diferenças substantivas aparecem ao se analisar a taxa de conversão em novos docentes entre essas duas modalidades de ensino. O percentual de egressos que são docentes após a conclusão dos cursos a distância (60,9% para Pedagogia e 49,2% para as licenciaturas específicas) é bem similar ao dos cursos presenciais (63% e 46,7%), mas um percentual maior dos egressos dos cursos a distância já era docente antes da conclusão do curso (46,3% no caso de Pedagogia e 38,8% para as licenciaturas específicas) em comparação aos egressos dos cursos presenciais (36,6% para a Pedagogia e 24,4% para as licenciaturas específicas). Como resultante, a taxa líquida de conversão de licenciados em novos docentes foi significativamente maior entre os egressos dos cursos presenciais (26,5% para a Pedagogia e 22,3% para as licenciaturas específicas) do que nos cursos a distância (14,6% para a Pedagogia e 10,4% para as licenciaturas específicas).

TABELA 7

TAXAS DE CONVERSÃO DE LICENCIADOS EM DOCENTES, CONSIDERANDO O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA ENTRE 2019 E 2022 PELOS EGRESSOS
- 2014-2018

(continua)

Características dos egressos	Egressos 2014-2018	Docentes quatro anos antes da conclusão do curso	Docentes após a conclusão (2019 a 2022)	Taxa líquida de conversão em novos docentes*	Taxa de Permanência**	Taxa de conversão de não docentes em docentes		
						Com origem em outras ocupações***	Sem vínculo anterior de emprego****	Total*****
Todas as licenciaturas	1.170.044	35,1%	54,8%	19,7%	80,1%	38,9%	45,2%	41,1%
Pedagogia	596.314	41,6%	61,9%	20,3%	81,4%	46,9%	50,7%	48,0%
IES Públicas	105.466	46,4%	66,9%	20,5%	83,4%	47,0%	60,3%	52,6%
IES Privadas	490.848	40,6%	60,9%	20,3%	81,0%	46,8%	47,9%	47,1%
Cursos presenciais	287.710	36,6%	63,0%	26,5%	80,1%	52,0%	55,4%	53,2%
Cursos EaD	308.604	46,3%	60,9%	14,6%	82,4%	41,9%	43,7%	42,4%
Conclusão do curso com menos de 30 anos	225.049	36,3%	64,2%	27,9%	79,7%	54,1%	58,1%	55,4%
Conclusão do curso com 30 anos ou mais	371.265	44,8%	60,6%	15,7%	82,3%	42,2%	44,8%	42,9%
Mulheres	559.015	41,9%	62,7%	20,9%	81,5%	48,2%	51,4%	49,2%
Homens	37.299	38,0%	50,2%	12,2%	80,3%	29,9%	38,3%	31,8%
Licenciaturas específicas	573.730	28,4%	47,4%	19,0%	78,0%	31,1%	41,7%	35,3%
IES Públicas	268.310	29,5%	52,4%	22,9%	80,0%	34,0%	47,0%	40,9%
IES Privadas	305.420	28,4%	48,0%	19,6%	76,1%	29,5%	33,3%	30,5%
Cursos presenciais	416.397	24,4%	46,7%	22,3%	75,9%	32,6%	43,1%	37,3%
Cursos EaD	157.333	38,8%	49,2%	10,4%	81,5%	27,5%	32,9%	28,8%

TABELA 7
TAXAS DE CONVERSÃO DE LICENCIADOS EM DOCENTES, CONSIDERANDO O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA ENTRE 2019 E 2022 PELOS EGRESSOS
- 2014-2018
(conclusão)

Características dos egressos	Egressos 2014-2018	Docentes quatro anos antes da conclusão do curso	Docentes após a conclusão (2019 a 2022)	Taxa líquida de conversão em novos docentes *	Taxa de Permanência **	Taxa de conversão de não docentes em docentes		
						Com origem em outras ocupações ***	Sem vínculo anterior de emprego ****	Total *****
Conclusão do curso com menos de 30 anos	327.153	21,3%	46,4%	25,1%	71,5%	35,1%	44,7%	39,6%
Conclusão do curso com 30 anos ou mais	246.577	37,7%	48,7%	11,0%	82,9%	26,4%	32,6%	28,0%
Mulheres	337.945	31,7%	50,9%	19,1%	79,0%	34,0%	42,7%	37,8%
Homens	235.785	23,5%	42,4%	18,9%	76,1%	28,0%	40,0%	32,0%

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. Inep. 2024a), do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep. 2024b) e da Rais (Brasil. MTE. 2022).

Notas: * Percentual dos licenciados que se tornam novos docentes, descontados os egressos que já eram docentes antes da graduação e continuaram docentes.

** Percentual dos licenciados que permanecem docentes, entre aqueles que já eram docentes antes da graduação.

*** Percentual dos licenciados que se tornam docentes, entre aqueles que tinham outras ocupações antes da conclusão do curso.

**** Percentual dos licenciados que se tornam docentes, entre aqueles que não tinham nenhum vínculo de emprego anterior à conclusão do curso.

***** Percentual dos licenciados que se tornam docentes, entre aqueles que não eram docentes.

Constata-se que essas diferenças entre os cursos presenciais e a distância são similares às diferenças observadas entre os egressos que tinham menos de 30 anos completos no ano de conclusão da licenciatura e aqueles que tinham 30 anos ou mais. Entretanto, a diferença das taxas de conversão líquida entre as modalidades de ensino não é explicada pela diferença entre as faixas etárias dos públicos das modalidades presencial e a distância, como pode ser verificado pela Tabela 8.

TABELA 8
TAXA LÍQUIDA DE CONVERSÃO DE LICENCIADOS EM NOVOS DOCENTES POR FAIXA ETÁRIA E MODALIDADE DE ENSINO

Curso e modalidade	Idade dos licenciados no ano de conclusão do curso	
	Menos de 30 anos	30 anos ou mais
Pedagogia		
Presencial	32,90%	20,10%
EaD	19,40%	12,90%
Licenciaturas específicas		
Presencial	27,00%	12,90%
EaD	14,30%	8,60%

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil. Inep, 2024a), do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b) e da Rais (Brasil. MTE, 2022).

Na tabela 8, nota-se que, ao controlar a taxa líquida de conversão de licenciados em novos docentes pela faixa etária, as diferenças de percentuais entre as modalidades de ensino não são anuladas. Em vez disso, há um efeito multiplicativo entre o componente idade e o componente modalidade de ensino, com os egressos mais jovens da modalidade presencial apresentando as maiores taxas de conversão de licenciados em novos docentes e com os egressos com 30 anos ou mais da modalidade de EaD apresentando as menores taxas de conversão líquida.

A Tabela 7 mostra ainda a taxa de conversão dos licenciados não docentes em docentes. Essa taxa considera como universo de análise apenas os egressos que não eram docentes antes da conclusão do curso (tinham outras ocupações ou não possuíam vínculos empregatícios) e verifica quais deles se tornaram docentes. Essa taxa foi de 41,1% para todos os egressos considerados e apresentou maiores percentuais para os egressos de cursos presenciais, de instituições públicas, para os egressos mais jovens (com menos de 30 anos) e para as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo indicam que a maior parte das novas gerações de professores da educação básica é formada em cursos de licenciatura na modalidade de educação a distância. Em 2021 e 2022, mais de 76% dos egressos de Pedagogia que eram docentes na educação básica foram formados em cursos a distância. Nas licenciaturas específicas, o percentual de egressos que eram docentes formados na modalidade a distância quase triplicou no período entre 2010 e 2022, atingindo 60% em 2021 e 57% em 2022.

Os resultados mostram ainda que uma parte significativa dos concluintes dos cursos de Pedagogia e licenciaturas específicas que atuavam como docentes na educação básica um ano após a graduação já eram professores no ano anterior da conclusão do curso. Descontando os que já eram professores um ano antes da conclusão da licenciatura, apenas cerca de 16% dos formados ingressam como novos docentes da educação básica no ano seguinte à conclusão do curso. Ainda que se estenda o período de análise para quatro anos antes e quatro anos após a conclusão do curso, esse percentual não se altera substancialmente, atingindo cerca de 19%. Esses resultados agravam ainda mais a situação da falta de professores com formação adequada para atuar na educação básica. Cabe salientar, entretanto, que não são apenas os novos docentes que importam, pois a conclusão de uma licenciatura por um docente já em exercício pode contribuir para que ele tenha uma formação adequada à disciplina que leciona.

Quanto às ocupações exercidas pelos egressos dos cursos de licenciatura que não seguem o magistério e suas respectivas remunerações, identificam-se três grandes destinos ocupacionais. Mesmo após concluir um curso superior destinado à formação de professores para a educação básica, cerca de um terço (32,6%) dos concluintes que não seguiu na carreira docente pode obter uma maior remuneração média em outras ocupações de nível superior. Aproximadamente outro terço (32,4%) percebe remuneração semelhante à de professor em ocupações que demandam apenas a formação no nível médio, seja como técnicos ou como trabalhadores administrativos. Ademais, pouco mais do um terço restante (35%) está em ocupações de baixa exigência de qualificação que auferem remunerações inferiores à de docentes (trabalhadores de serviços, da indústria e da agropecuária e do extrativismo).

A diversidade da atuação dos licenciados está associada às suas origens socioeconômicas, como revela a análise de suas trajetórias anteriores no mercado de trabalho. Ao comparar a ocupação exercida pelos licenciados nos quatro anos antes e nos quatro anos após a conclusão do curso, constata-se duas grandes tendências: a primeira é a da conversão em docentes, após a graduação, de pessoas que atuavam em outras ocupações antes da graduação; a segunda é a da permanência nos grupos ocupacionais de origem após a graduação. Evidencia-se, portanto, o peso da trajetória ocupacional prévia na trajetória ocupacional após a conclusão do curso.

Caberá a estudos futuros investigar os motivos pelos quais um percentual significativo de egressos não segue a carreira docente e, por vezes, segue carreiras com requisito de escolaridade e valorização salarial menores do que a docência. Tais estudos serão fundamentais para subsidiar uma resposta ao problema da falta de professores adequadamente habilitados para atuar na educação básica.

REFERÊNCIAS

BOF, A. M.; CASEIRO, L. Z.; MUNDIM, F. C. Carência de professores na educação básica. SENKEVICS, A. S.; BASSO, F. V.; RODRIGUES, C. G. *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*: contribuições ao novo Plano Nacional de Educação II. Brasília, DF: Inep, 2023. (Coleção Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, v. 9).

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2023*. Brasília, DF, 2024a. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>>. Acesso em: 4 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Microdados do Censo da Educação Superior 2022*. Brasília, DF, 2024b. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 4 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Painel de Monitoramento das Metas do PNE* Brasília, DF, 2024c. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTQ1MmJjNW MtOTE1ZS00NmMxLTk5OGQtYjRlMTI4OWI5Y WM4liwidCI6IjI2Zj czODk3LWM4YW MtNGIxZS05Nzhm LWVhNGMwNzc0MzRiZi9>>. Acesso em: 4 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Serviço de Acesso a Dados Protegidos (Sedap)*. Brasília, DF, 2024d. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/gestao-do-conhecimento-e-estudos-educacionais/cibec/servico-de-acesso-a-dados-protegidos-sedap>>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed). *Nota técnica nº 20, de 21 de novembro de 2014*. Indicador de adequação da formação do docente da educação básica. Brasília, DF: Inep, 2014. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_formacao_legal/nota_tecnica_indicador_docente_formacao_legal.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). Coordenadoria-Geral de Controle de Qualidade e de Tratamento da Informação (CGCQTI). *Nota Técnica nº 1, de 22 de fevereiro de 2021*. Atualização da metodologia de cálculo do Indicador de Adequação da Formação do Docente considerando a nova classificação de cursos superiores (Cine Brasil). Brasília, DF, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente>>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). Coordenadoria-Geral de Controle de Qualidade e de Tratamento da Informação (CGCQTI). *Nota Técnica nº 10, de 25 de junho de 2020*. A remuneração média dos docentes em exercício na educação básica: pareamento das bases de dados do Censo da Educação Básica e da RAIS – Processo SEI/Inep nº 23036.001334/2020-41. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/dados_abertos/indicadores_educacionais/nota_tecnica_remuneracao_media_docentes_educacao_basica.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Relação Anual de Informações Sociais (Rais): 2010-2022*. Brasília, DF, 2022. Disponível no servidor do Inep, acessível por meio o Serviço de Acesso a Dados Protegidos (Sedap/Inep).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Classificação Brasileira de Ocupações*. Brasília, DF, 31 out. 2023. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 5 dez. 2024.

CASEIRO, L. C. Z.; MACIENTE, A. N. *Desigualdades de remuneração entre egressos dos cursos de graduação em ciências, tecnologias, engenharias e matemática (CTEM)*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023. (Texto para Discussão IPEA, nº 2947).

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA (FVC); FUNDAÇÃO CARLOS CHAGA (FCC). *A atratividade da carreira docente no Brasil: relatório final*. São Paulo: FVC, 2009. (Estudos e Pesquisas Educacionais, v. 1).

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S. *Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social*. Brasília, DF: Unesco, 2009. (Relatório de Pesquisa).

MACIENTE, A. N. et al. A inserção de recém-graduados em engenharias, medicina e licenciaturas no mercado de trabalho formal. *Radard*, Brasília, DF, v. 38, p. 7-22, abr. 2015.

PINTO, J. M. R. O que explica a falta de professores nas escolas brasileiras? *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, n. 15, p. 3-12, jan./jun. 2014.

RUIZ, A. I.; RAMOS, M. N.; HINGEL, M. *Escassez de professores no ensino médio: propostas estruturais e emergenciais*. Brasília, DF: MEC, 2007. Relatório produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas que visem a superar o déficit docente no Ensino Médio (CNE/CEB).

TARTUCE, G. L. B. P.; NUNES, M. M. R.; ALMEIDA, P. C. A. Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 445–477, maio/ago. 2010. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/172>>. Acesso em: 10 dez. 2024.